



LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE
Demonstrações Financeiras Individuais
Exercício 2017

LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	868 965,45	912 251,79
Activos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	6	2 707,56	2 714,82
Total dos Activos Não Correntes		871 673,01	914 966,61
Inventários	7	-	-
Estado e outros entes públicos	8	5 759,27	5 700,20
Outras contas a receber	9	-	2 250,00
Diferimentos	10	1 778,49	1 346,94
Activos financeiros detidos para negociação	11	-	1 854,00
Caixa e depósitos bancários	12	133 568,99	152 570,77
Total dos Activos Correntes		141 106,75	163 721,91
Total do Activo		1 012 779,76	1 078 688,52
Fundos Patrimoniais			
Fundos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	13	298 842,29	254 377,03
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	332 944,35	362 288,55
Resultado líquido do exercício		22 259,19	44 465,26
Total do Fundo de Capital		654 045,83	661 130,84
Passivo			
Financiamentos obtidos	15	165 448,23	232 838,07
Total dos Passivos Não Correntes		165 448,23	232 838,07
Fornecedores	17	16 939,91	17 426,29
Estado e outros entes públicos	8	11 929,85	10 025,35
Financiamentos obtidos	15	19 600,56	23 056,20
Outras contas a pagar	16	144 815,38	134 211,77
Total dos Passivos Correntes		193 285,70	184 719,61
Total do Passivo		358 733,93	417 557,68
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 012 779,76	1 078 688,52

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

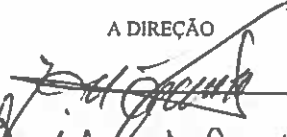
Lisboa, 24 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Martha Alexandra de Sá

TOC nº 72628

A DIREÇÃO


 José Maria Campos Pereira
 Carlos António Naves de Aguiar
 Rafael Mendes Taveira
 José Carlos Pereira Gomes

LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Prestação de serviços	18	162 614,68	163 832,18
Subsídios à exploração	19	404 492,40	369 387,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(14 765,56)	(19 207,63)
Fornecimentos e serviços externos	21	(48 569,03)	(44 698,97)
Gastos com o pessoal	22	(439 957,97)	(375 586,68)
Outros rendimentos e ganhos	23	40 438,45	38 603,76
Outros gastos e perdas	24	(7 118,36)	(4 947,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97 134,61	127 382,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	(69 836,74)	(73 881,49)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 297,87	53 501,12
Juros e rendimentos similares obtidos	26	347,10	512,99
Juros e gastos similares suportados	26	(5 170,84)	(9 478,35)
Resultado antes de impostos		22 474,13	44 535,76
Imposto sobre o rendimento do período		(214,94)	(70,50)
Resultado líquido do período		22 259,19	44 465,26

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 24 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Alexandra de Sá
TCC nº 72628

A DIREÇÃO

José António Campes Távora
Carlos António Naves da Silva
Rafaela do Espírito Santo
José Carlos Carvalho Gomes

LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		165 071,42	165 295,94
Pagamentos a fornecedores		(63 820,97)	(63 409,29)
Pagamentos ao pessoal		(413 424,20)	(377 760,67)
Caixa gerada pelas operações		<u>(312 173,75)</u>	<u>(275 874,02)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(64,60)	56,76
Outros recebimentos/pagamentos		402 202,11	396 023,05
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>89 963,76</u>	<u>120 205,79</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(32 687,21)	(8 917,49)
Investimentos financeiros		(1 686,89)	(377,92)
Outros activos		-	-
		<u>(34 374,10)</u>	<u>(9 295,41)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 744,15	-
Juros e rendimentos similares		373,78	512,99
Dividendos		-	-
		<u>2 117,93</u>	<u>512,99</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(32 256,17)</u>	<u>(8 782,42)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(70 845,48)	(77 132,23)
Juros e gastos similares		(5 863,89)	(10 385,17)
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>(76 709,37)</u>	<u>(87 517,40)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(76 709,37)</u>	<u>(87 517,40)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(19 001,78)</u>	<u>23 905,97</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		152 570,77	128 664,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>133 568,99</u>	<u>152 570,77</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 24 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Alexandra de Sá
TCC nº 72528

A DIREÇÃO

Jose Maria Campos Tanguia
Carlos António Nunes de Aguiar
Rui Carlos de Faria
Jose Carlos Cavilhas Gomes

(R)
2. Aprovado
12/12/17
12/12/17

LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Liga dos Amigos da Quinta do Conde (adiante designada por “Instituição” ou “Liga”) é uma instituição particular de solidariedade social constituída em 20 de Setembro de 2006 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública em 27 de Abril de 2009, com sede na Quinta do Conde e tem como principais fins, cooperar no apoio social à família e à comunidade, promover acções conducentes e participar no desenvolvimento integrado da comunidade, nomeadamente nos sectores social, ambiental, cultural e ecológico e colaborar com outros organismos, particularmente a Administração Central e Local.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da LIGA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures and initials]

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa não se encontra sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) pelo facto de ter isenção definitiva.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

[Handwritten signatures and initials]

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

[Handwritten signatures and initials]

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos	117 386	-	-	-	-	117 386
Edifícios e outras construções	938 482	-	-	-	-	938 482
Equipamento básico	146 068	11 195	-	-	-	157 263
Equipamento de transporte	31 336	-	-	-	-	31 336
Activos fixos tangíveis em curso	160	-	-	-	-	160
	<u>1 233 432</u>	<u>11 195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 244 627</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	180 992	46 952	-	-	-	227 944,14
Equipamento básico	58 409	19 095	-	-	-	77 504,68
Equipamento de transporte	18 932	7 834	-	-	-	26 766,13
Valor líquido	160	-	-	-	-	160,00
	<u>258 493</u>	<u>73 881</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>332 375</u>
	<u>974 939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>912 252</u>
	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos	117 386	-	-	-	-	117 386
Edifícios e outras construções	938 482	-	-	-	-	938 482
Equipamento básico	157 263	5 427	-	-	-	162 689
Equipamento de transporte	31 336	21 124	-	-	-	52 460
Equipamento administrativo	160	-	-	-	-	160
	<u>1 244 627</u>	<u>26 550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 271 177</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	227 944	46 952	-	-	-	274 896
Equipamento básico	77 505	17 875	-	-	-	95 379
Equipamento de transporte	26 766	5 010	-	-	-	31 776
Equipamento administrativo	160	-	-	-	-	160
Valor líquido	332 375	69 837	-	-	-	402 212
	<u>912 252</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>868 965</u>

Handwritten signatures and initials:
 @ Agueda
 [Signature]
 [Signature]

6. Participações financeiras

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nas rubricas "Partes de capital", foi o seguinte:

Investimentos noutras empresas	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições	Alienações	Saldo em 31-Dez-17
CCAM COSTA AZUL C.R.L.	2 000	50	-	2 050
FGCT	715	1 687	(1 744)	658
	<u>2 715</u>	<u>1 737</u>	<u>(1 744)</u>	<u>2 708</u>

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" não apresentava quaisquer valores.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Retenções na fonte efect p/terceiros	23	28
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5 737	5 672
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>5 759</u>	<u>5 700</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (215	71
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (506	992
Segurança Social	11 209	8 963
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>11 930</u>	<u>10 025</u>

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acrescimos de rendimentos	-	-	-	-
Programa PARES	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	2 250
	-	-	-	<u>2 250</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	-	-	<u>2 250</u>

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	1 330	751
Renda escritório	-	-
Feiras	-	-
Outros gastos a reconhecer	449	596
	<u>1 778</u>	<u>1 347</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Activos financeiros detidos para negociação

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido na rubrica "Activos disponíveis para negociação", foi o seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aquisições no período	-	1 854
Alienações no período	-	-
Aumento (diminuição) no justo valor	-	-
Justo valor a 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>1 854</u>

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Caixa	47	80
Depósitos à ordem	18 022	43 991
Depósitos a prazo	115 500	108 500
Outras	-	-
	<u>133 569</u>	<u>152 571</u>

13. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 23 de Março de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

Handwritten notes and signatures:
 47
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	19 785	19 153
Materiais	6 043	5 571
Energia e fluidos	7 933	7 275
Deslocações, estadas e transportes	1 647	760
Serviços diversos	13 161	11 939
<i>donde Comunicação</i>	<i>1 291</i>	<i>1 455</i>
<i>donde Seguros</i>	<i>1 927</i>	<i>1 628</i>
<i>donde Despesas Representação</i>	<i>1 109</i>	<i>346</i>
<i>donde Limpeza Higiene e Conforto</i>	<i>4 132</i>	<i>4 810</i>
<i>donde Outros</i>	<i>4 703</i>	<i>3 701</i>
	<u>48 569</u>	<u>44 699</u>

22. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais	22 862	24 859
Remunerações do pessoal	337 821	278 925
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	5 000
Encargos sobre remunerações	75 329	61 554
Seguros	2 174	2 995
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1 772	2 254
	<u>439 958</u>	<u>375 587</u>

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Rendimentos suplementares	457	-
Imputação Subsídios p/Investimento	29 344	29 407
Donativos	-	6 007
Correcções Períodos Anteriores	5 371	-
Outros rendimentos e ganhos	5 190	3 190
Outros rendimentos similares	50	-
	<u>40 412</u>	<u>38 604</u>

Handwritten notes and signatures:
 @ J. Silva
 10/

24. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Impostos	2 451	1 889
Juros de mora	0	6
Outros gastos e perdas financeiros	693	901
Outros gastos e perdas	3 974	2 151
<i>donde Correções Períodos Anteriores</i>	3 365	-
<i>donde Donativos</i>	449	495
<i>donde Outros</i>	<u>161</u>	<u>1 656</u>
	<u>7 118</u>	<u>4 947</u>

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Total</u>
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	69 837	-	69 837	73 881	-	73 881
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>69 837</u>	<u>-</u>	<u>69 837</u>	<u>73 881</u>	<u>-</u>	<u>73 881</u>

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	374	513
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>374</u>	<u>513</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 171	9 478
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>5 171</u>	<u>9 478</u>
Resultados financeiros	<u>(4 797)</u>	<u>(8 965)</u>

27. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

[Handwritten signatures and initials]